



## ECONOMIA FEUDAL NO BRASIL – PARA DISCUTIR NELSON WERNECK SODRÉ

Ivan Ducatti\*

Secretaria Municipal de Educação de Niteroi/Fundação Municipal de  
Educação – SME/FME  
[ducattivan@gmail.com](mailto:ducattivan@gmail.com)

**RESUMO:** Pretende-se analisar como Nelson Werneck Sodré precisou a categoria feudal em suas obras de história da formação histórica brasileira. É importante frisar que o conceito “feudal” tem estatuto de centralidade na obra de Sodré. Quanto a isso, tentar-se-á localizar e demonstrar se, realmente, a questão feudal é uma categoria central para o autor, e perceber se feudal está ligado a uma sociedade de classes que se forma em torno de seu modo de produção ou se trata-se de uma metáfora política para justificar os obstáculos ao desenvolvimento da burguesia nacional e da sujeição desta ao imperialismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feudal – Burguesia – Modos de produção – Latifúndio – Imperialismo.

**ABSTRACT:** Our purpose is to analyze the feudal category on Nelson Werneck Sodré's making of Brazilian history. It is important to underline the feudal term as a core concept on Sodré's works. So, our effort is to focus and demonstrate how central the feudal matter outcomes as a frame category for that author, and to realize if the feudal term is bound to a class society, whose meaning is a making derived from a mode of production, or if it is bound to a political metaphor in order to justify the obstacles to the development of the Brazilian bourgeoisie, and its subjection to the Imperialism as well.

**KEYWORDS:** Feudal – Bourgeoisie – Modes of production – Latifundium – Imperialism.

O historiador Nelson Werneck Sodré sustenta, em **Formação Histórica do Brasil**<sup>1</sup>, a tese da existência de um sistema feudal no Brasil, desde o início da

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/SP), professor da Rede Municipal de Ensino de Niteroi (RJ). Sobre o historiador Nelson Werneck Sodré, escreveu:

DUCATTI, Ivan. As Razões da Independência. In: Silva, Marcos. (Org.). **Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008;

DUCATTI, Ivan. Nelson Werneck Sodré, Historiador. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 4, n. 4, jan./fev./ março de 2007;

DUCATTI, Ivan. Werneck Sodré e o ISEB. Inimigos culturais do golpe de 1964. In: SILVA, Marcos. **1964-1968: A Ditadura Já Era Ditadura**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982.

colonização até às vésperas do surgimento da burguesia nacional, final do século XIX. A questão feudal está ligada diretamente às classes latifundiárias. No início da colonização portuguesa, os traços feudais encontravam-se sob inspiração da legislação feudal de Portugal medieval, sendo possível deduzir que houvera, assim, uma transposição desses traços para o Brasil por intermédio dos primeiros colonizadores que aqui se fixaram para a exploração da força de trabalho escrava, que, por sinal, fazia parte do investimento inicial do senhor. No entanto, faz-se mister enfatizar que Sodré não se refere a feudal como se houvera existido um modo de produção feudal, ou mesmo uma feudalidade medieval, com a instituição do senhorio sobre uma economia natural, como querem seus críticos que provavelmente o leram sem dar conta que o autor, reiteradamente, empregava feudal como estrutura de uma mentalidade de uma elite colonizadora, que conheceu a vassalagem: elemento característico da vida social feudal. Segundo o autor, em **História da Burguesia Brasileira**<sup>2</sup>, “enquanto não aparecem conceitos novos relativos ao mesmo fenômeno, é mister utilizar os antigos, suportes indispensáveis ao entendimento entre os homens”.<sup>3</sup>

Nas análises de Sodré, grosso modo, a dificuldade do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, momento em que o escravismo não teria mais suporte da principal potência econômica (Inglaterra), se deve ao fato de as classes latifundiárias manter uma estrutura feudal, isto é, não dinâmica quanto aos fluxos de capital que devem ser invertidos à produção, a fim de que se produza mais capital, por intermédio dos resultados dessa mesma produção.

Para Sodré, a classe senhorial era uma classe ultraconservadora, pois manteve, até às beiras do século XX, a escravidão, que é uma forma de exploração de força de trabalho não compatível com produção capitalista, a qual, para a garantia de sua existência, requer a contratação da força de trabalho livre, do proletário<sup>4</sup>. Com exaustivos jogos políticos, internos e externos, a escravidão, finalmente, cede lugar ao

---

<sup>2</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>3</sup> Cf. Ibid.

<sup>4</sup> Para ilustrar, vale lembrar a figura de José de Souza Breves, o “rei do café”, que não acreditava na extinção do tráfico, tampouco na abolição, comprando escravos mesmo com a Lei Eusébio de Queiroz.

trabalho assalariado. Sodré ilustra, em **História da Burguesia Brasileira**<sup>5</sup>, como exemplo de reação ao desenvolvimento industrial no Brasil pela classe latifundiária, no plano político representado pelo presidente Campos Sales, o qual consolidou a orientação reacionária com a “política dos governadores” – pela qual se entregaria o governo dos estados às “oligarquias feudais”, com total submissão ao imperialismo – e que também não fazia nenhuma concessão às forças produtivas em desenvolvimento. Nesse momento, a economia brasileira girava em torno da produção do café. Ao caírem os preços desse produto, restava ao latifúndio, para manter seus privilégios, encontrar apoio do imperialismo por meio de empréstimos externos.

É necessário, então, atentar para o fato de que a sociedade feudal que se desenvolve no Brasil – segundo o autor – inicia-se com a colonização e estende-se até o momento em que a burguesia brasileira alavanca a industrialização, principalmente a partir da acumulação de capitais proporcionada pela exportação do café<sup>6</sup>. Alguns estudos, ao se referirem às sociedades feudais europeias, apontam para aquilo que se denomina de sociedade de economia natural. Entre diversos historiadores, os quais serão citados ao longo deste texto, que estudam o medievo da Europa Ocidental, pode-se abstrair da economia feudal que esta era considerada uma economia “natural”. O que significa o termo “natural”? Em primeiro lugar, o resultado a que se chega, ao analisar os historiadores, é que natural refere-se a uma economia que não depende da circulação comercial, auto-suficiente e, portanto, fechada. Em segundo lugar, resta saber se há total incompatibilidade entre economia natural e expansão comercial, uma vez que, a partir do século XV, iniciam-se as primeiras conquistas ultramarinas europeias. Procurou-se partir de Marx para se chegar a alguma definição para o termo “natural”:

Na economia natural propriamente, nenhum produto agrícola ou só parte ínfima dele se lança no processo de circulação, ou neste só entra fração relativamente insignificante da parte do produto na qual se configura a renda (*revenue*) do proprietário da terra, como se observa por exemplo em numerosos latifúndios da velha Roma, nas vilas de Carlos Magno e mais ou menos em toda a Idade Média. [...] Nessas

<sup>5</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>6</sup> Silber propõe que o setor cafeeiro teve grande importância na economia, direta ou indiretamente, gerando renda ao país. A economia do país se estrutura assim em torno do café. De 1919 a 1929, em especial de 1919 a 1924, foi um período muito favorável ao setor cafeeiro: o preço externo sobe muito, bem como o interno. A desvalorização da taxa cambial foi elemento de importância na proteção do setor. (Cf. SILBER, Simão. **Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939**. Dissertação de Mestrado. 1973. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.)

condições, o produto e o produto excedente desses grandes domínios não consistem unicamente em produtos do trabalho agrícola. Abrangem também os produtos do trabalho industrial. Trabalhos domésticos de artesanato e de manufatura, atividades acessórias da agricultura, que constitui a base, condicionam o modo de produção em que se baseia essa economia natural, na Antiguidade e na Idade Média europeias e ainda hoje na comuna rural indiana, onde ainda persiste a organização tradicional. O modo capitalista de produção extingue por completo essa conexão; um processo que se pode observar em grande escala notadamente na Inglaterra, no último terço do século XVIII<sup>7</sup>.

Se nenhum produto, ou apenas parte ínfima dele, da economia natural se lança à circulação, pode-se concluir que a economia natural é caracteristicamente fechada. Esse fechamento, como observa acima Marx, deu-se também na Idade Média. Sodré não nega a existência de uma Idade Média fechada, mas pondera que o desenvolvimento mercantil, ocasionando um alargamento da área geográfica das trocas, fora resultante das descobertas ultramarinas, que eram, na realidade, consequências do processo da Revolu o Comercial europeia. O caráter feudal da economia colonial do Brasil, expresso no latifúndio, não estaria ligado diretamente às transa oes comerciais de Portugal – tendo como base de produ o a colônia –, mas   g nese da forma o da grande propriedade, de inspira o feudal.

No que tange   questão econ mica, considerando toda a questão de seu caráter natural, ao passarmos, neste estudo, a uma análise comparativa entre a sociedade brasileira “feudal”, como afirma Sodré, e as sociedades feudais da Europa Ocidental, de economia natural, não nos pareceu ser possível detectar os traços de uma economia natural desenvolvida no Brasil. Então, resta-nos afirmar que o termo feudal, utilizado pelo autor, liga-se muito mais   questão de como, socialmente, havia uma hierarquia de mando dentro dos limites da vida no campo, respaldando-se, inclusive, a organiza o política. Os primeiros colonizadores transportam para as terras brasileiras uma estrutura hierárquica feudal, resultando, assim, em uma certa continuidade da organiza o social de um Portugal medieval em solo brasileiro, como já mencionado acima.

Alguns estudos relativos ao feudalismo português suscitam discussões sobre a existência ou não de um modo de produ o feudal naquele país, um dos primeiros Estados modernos da Europa Ocidental. Isso remete   questão do quão feudal a sociedade portuguesa medieval seria. Pensar o quanto Portugal medieval fora feudal tem

---

<sup>7</sup> MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 3. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991, p. 902. vol. 5.

permitido a este pesquisador destacar dois pontos: (a) a influência das ideias da Idade Média que medeia a relação entre colonizadores e colonizados; (b) a expansão ultramarina como resultado das contradições de um mundo feudal em declínio ou resultado de um modo de produção pré-capitalista que co-existiria ao mundo feudal português.

Como Sodré não desenvolve detalhadamente esses dados, aparentemente, a ocorrência da transposição de uma estrutura feudal da Europa para o Brasil tem sido considerada neste estudo apenas como uma suposição daquele autor. Sodré realmente deixou hipóteses de trabalhos para algumas de suas teses e estaria disposto a um diálogo. No prefácio da **História da Burguesia Brasileira**<sup>8</sup>, encontra-se a seguinte afirmação: “Tais teses, aqui, são apresentadas como hipóteses de trabalho, suscetíveis de revisão, como é natural, e o autor se reserva o direito de ser mais interessado em revê-las, a partir do momento em que disponha de dados suficientes para tanto”.<sup>9</sup>

O segundo ponto acima, item (b), refere-se à expansão marítima comercial; em outras palavras, a colonização do ultramar é pensada como resultado de contradições e evoluções do sistema feudal ou se já não seria evolução do próprio capitalismo, num modo de produção “paralelo” ao feudal, tendo as classes comerciantes de Portugal como as primeiras protagonistas da acumulação primitiva. Este segundo ponto não pôde ser corroborado totalmente a partir do clássico trabalho de Dobb<sup>10</sup>, uma vez que os pontos de partida e de chegada deste situam-se sobre os países de feudalismo ocidental clássico, França, Inglaterra e, por vezes, Itália.

Analisemos, então, a questão feudal em Portugal. Considerando que Sodré trata do processo histórico brasileiro como consequência da expansão do mundo ocidental, é natural que se remeta à história de Portugal, destacando, no campo político, peculiaridades de seu período medieval. Portugal ingressa na Idade Moderna muito antes de outros povos europeus, confere ao rei ascendência sobre os demais elementos da nobreza. Esse ingresso pode ser atestado como explica Castro:

Portugal surge como uma organização política autônoma na primeira metade do século XII, um caso sugestivo na medida em que o nascimento do Estado precede a formação da nação. Particularismos

---

<sup>8</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>9</sup> Ibid., p. 11.

<sup>10</sup> DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

sociais, econômicos e políticos, indo até marginalmente ao facto de cronologicamente emergir na passagem para a Baixa Idade Média, levaram a que a generalidade da historiografia a partir do notável historiador Alexandre Herculano (1810-1877) tenha sustentado que em Portugal não houve feudalismo, atendo-se à organização política, econômica e jurídica típica do sector nobiliárquico da classe dominante<sup>11</sup>.

E a questão de Portugal como nação precoce também é considerada por Sodré, que não aceita Portugal como resultado de uma empresa de aventuras. No século XVI, havia já um grupo mercantil de destaque, cuja participação era de importância para o desenvolvimento do capital comercial. Já Azevedo<sup>12</sup> nos mostra que o processo de formação da nação portuguesa retrocede ao século XIII, pois tem como referência o momento no qual se constitui a monarquia portuguesa. Tal constituição de regime se caracteriza pela reconquista sobre os mouros que habitavam a Península Ibérica, num processo de expulsão desses, o que, em consequência, configurava o objetivo de expansão das terras em Portugal. A monarquia portuguesa então se constituía e se fortalecia, colocando-se na empresa da conquista territorial. Tal ampliação territorial instituiu um estado de guerra quase permanente até o século XVI. Diante de tal quadro, não se estabeleceu em território português um sistema de produção feudal. É importante que se frise esta última frase, uma vez que Sodré já sustentava a presença de traços feudais no Brasil, embora apenas na semelhança:

É certo que esses traços não deram lugar senão a semelhanças, identidades formais, nada tendo de essencial do medievalismo, mesmo porque não seria possível, ainda numa terra longínqua, retornar a condições mortas de propriedade, como norma comum de uma sociedade que já sofrera tantas modificações<sup>13</sup>.

Castro, no entanto, não compartilha da opinião de o feudalismo não ter existido em Portugal. Ao contrário, afirma que o século XV em Portugal apresentou a coexistência de modos de produção residuais, como manifestações arcaicas do comunitarismo primitivo, do escravismo e outros modos de produção subordinados, tais como pequena produção artesanal e expressões do capitalismo mercantil, “tudo isso

---

<sup>11</sup> CASTRO, Armando. **Teoria do sistema feudal e transição para o capitalismo em Portugal**. Lisboa: Caminho, 1987, p. 57.

<sup>12</sup> AZEVEDO, J L. **Épocas de Portugal econômico**. 4 ed. Porto: Clássica, 1988.

<sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 67.

sobre o pano de fundo da firme dominância do modo de produção feudal”.<sup>14</sup> O autor acentua, ainda, que o que tipifica essa época, entrando porém em declínio no século XVI, é o fato de o Estado, por intermédio da monarquia absoluta, controlar com firmeza e assegurar a reprodução e redistribuição de lucros mercantis ultramarinos pela classe feudal. Permitiu-se, assim, reforçar as posições das relações feudais, ao mesmo tempo em que o comércio ultramarino impulsionava o capitalismo mercantil na Europa. Castro salienta ainda que, ao retomar a categoria histórico-teórica de modo de produção, permitiu-se interpretar a realidade histórica da formação de Portugal feudal numa perspectiva de caráter científico.

Diante dessas análises, seria interessante acrescentar duas coisas. Em primeiro lugar, Castro menciona “capitalismo mercantil”, o que significa que se trata de um modo de produção vinculado ao comércio, cujas bases da reprodução de capital encontram-se na circulação, o que difere do capitalismo atual, por meio do qual a valorização do valor depende da produção industrial. Nesse sentido, ao se tratar de capitalismo nos séculos XV e XVI, não se deve perder de vista suas exegeses, pois a época mercantil, embora tenha servido de base para a acumulação primitiva da formação e do desenvolvimento do capitalismo moderno e imperialista, assinalou diferenças de relações sociais, não se verificando, por exemplo, como traço dominante, o antagonismo das classes atuais, que se expressa por intermédio da dominação da burguesia industrial sobre o trabalhador livre, inclusive de seus meios de produção. Em segundo lugar, Castro, ao observar que, ao mesmo tempo em que o comércio ultramar assegurava e fortalecia a classe feudal, demonstra que as mesmas atividades comerciais desenvolvidas com as conquistas ultramarinas impulsionarão o capitalismo mercantil, que, no conjunto de suas determinações sócio-econômicas, foi uma categoria singular que, empiricamente observável na história, contribuiu para o enfraquecimento do próprio sistema feudal na Europa Ocidental.

Retomando a argumentação de Azevedo sobre a ausência de feudalismo em Portugal, esse autor explica que, com exceção da costa, onde se desenvolveram a pesca e as navegações, Portugal era um país de lavradores, comercializando seus produtos da terra. No entanto, o trabalho agrícola era realizado mediante taxas de salários, as quais

---

<sup>14</sup> CASTRO, Armando. **Teoria do sistema feudal e transição para o capitalismo em Portugal**. Lisboa: Caminho, 1987.

eram limitadas, e que não eram suficientes para estimular a produção. Essa falta de estímulo para a permanência no campo era compensada pela atração que os povoados urbanos ofereciam em termos de opções de trabalho nas pequenas manufaturas e prestações de serviços. Para agravar ainda mais a fixação do camponês junto às terras, em 1348, Portugal sofre da Grande Peste. Tal mal abate o campo. A diminuição da população rural torna-se algo real e se agrava. Nesses povoados, centros urbanos, havia comércio local. O comércio local se constituía pelas feiras que abasteciam as respectivas populações e as pequenas indústrias de caráter doméstico. Figura importante que circulava pelos centros urbanos era a dos almocreves (espécie de carregador com auxílio de animal, equivalente ao tropeiro brasileiro), “que, nos intervalos das feiras, principalmente abasteciam as povoações, e constituíam a ligação permanente de um centro com outros”.<sup>15</sup>

Outro ponto de desenvolvimento comercial em Portugal se deu em suas costas. Nelas, a navegação já era uma indústria estabelecida. A indústria era estimulada pelo comércio internacional, pois havia um tráfico com o estrangeiro que tinha como base o escoamento da produção agrícola. A economia portuguesa do período mencionado não aparenta ser uma economia natural. E podemos observar que há uma grande distância entre o que se desenvolve na economia portuguesa, conforme apresentamos acima, e a economia natural que caracteriza o modo de produção feudal. Para reforçar o quanto as classes sociais estavam longe de se relacionarem por intermédio de uma economia natural, é possível evocar a partir de Marx, quando ele afirma que isso implica

[...] que os meios de produção na totalidade ou na maior parte sejam criados pela própria exploração que os emprega e que sejam repostos e reproduzidos diretamente, partindo-se do próprio produto bruto<sup>16</sup>.

Diante dos estudos de Anderson<sup>17</sup>, a hipótese de não existir em Portugal uma sociedade predominantemente feudal parece se confirmar um pouco mais, pois o modo de produção feudal ocidental foi regido pela terra e pela economia natural, “na qual o trabalho nem os produtos do trabalho eram bens”.<sup>18</sup> Nessa economia, se extraíam os excedentes da produção dos camponeses, numa relação político-legal de coação,

---

<sup>15</sup> AZEVEDO, J L. **Épocas de Portugal econômico**. 4 ed. Porto: Clássica, 1988.

<sup>16</sup> MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 3. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991, p. 911. vol. 5.

<sup>17</sup> ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>18</sup> Ibid., p. 143.



controlada por senhores feudais, que poderiam ser vassallos de um outro superior, sendo que o monarca ocupava o cume do sistema. As leituras relativas às relações sociais no campo ocorridas em Portugal medieval não nos permitem afirmar a existência de coação controlada por senhores, ao contrário, o trabalho no campo, como mencionado acima, era pago via taxas e salários. O autor destaca três características estruturais do feudalismo ocidental. A primeira delas é a de propriedade, sobre a qual havia certa compatibilidade entre o que sobreviveu das terras aldeãs comunais e lotes camponeses alodiais (com isenção feudal), e o modo de produção feudal em si. A segunda característica, a econômica, é de que havia uma oposição dinâmica entre cidade e campo: respectivamente, encontramos uma economia de mercadores (urbana) ou em associações ou corporações; e uma economia rural, de troca natural, controlada por nobres (senhores). Quanto a essa segunda característica, lembra Anderson que

não é preciso dizer que a preponderância deste último era enorme: o modo de produção rural era esmagadoramente agrário. Mas as leis de sua dinâmica eram determinadas pela complexa unidade de suas diferentes regiões, e não pela simples predominância do domínio senhorial.<sup>19</sup>

A terceira característica é a política. Havia, no mundo feudal, ambiguidades ou oscilações em relação à hierarquia das dependências. A ligação do monarca a seus vassallos era de feudalidade (suserania) e não uma soberania suprema colocada acima de seus súditos. Hobsbawm afirma que a ordem feudal, até o século XVIII, encontrava-se politicamente viva, mas tornando-se cada vez mais obsoleta em termos econômicos. Para ilustrar seu argumento, acrescenta que o camponês, nessa mesma época, já “tinha perdido muito de sua condição de servo no final da Idade Média, embora ainda frequentemente guardasse muitas marcas amargas da dependência legal”.<sup>20</sup>

A evolução de suas cidades, como possibilidade de uma vida melhor que a rural, o comércio exterior que, de certa forma, começa a subordinar a produção do campo, e a indústria naval são exemplos de uma sociedade que não produz apenas para seu consumo próprio e suas necessidades mais urgentes. Portugal encontra-se, nesse momento, nos primeiros passos de economia de troca, de forma concreta. Não se trata

---

<sup>19</sup> ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3 ed. São. Paulo: Brasiliense, 1995, p.146-147.

<sup>20</sup> HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 33.

mais de uma sociedade que se mantém por intermédio apenas do valor de uso, ou, em outras palavras, numa sociedade fechada, feudal. Seria estranho – e é por essa razão que não se deve considerar a questão da transplantação de uma realidade histórica para outra realidade diversa – que essa forma fechada, de economia natural, fosse transferida para uma colônia, sendo esta resultado histórico do capital comercial. Portugal, junto com Holanda, França, Inglaterra e Espanha, foi um dos países propulsores da acumulação primitiva.

Em resumo, engendrou-se em Portugal medieval, por suas características históricas, a formação de uma classe de comerciantes que empreenderia navegações com a finalidade de trazer aos europeus as especiarias, que já eram necessárias para seu consumo, como o petróleo e o ferro são, hoje, para a grande indústria de nossos dias, como analisa Puiggrós. O mesmo autor, de certa forma concordando com Marx, diz sobre Portugal o seguinte:

Su peculiar situación geográfica lo indicaba para iniciar la amplia maniobra envolvente por la retaguardia del Imperio Árabe que sacaría a Europa de su ensimismaniento, y al liberar su comercio cercaría y asfixiaría, a su vez, a las entonces pujantes comuidades del Profeta”.<sup>21</sup>

Isso significa que as classes comerciantes, em Portugal, em consonância ou não com a estrutura feudal, abririam seu próprio espaço no cenário europeu, desbancando o próprio modo de produção feudal, o que também significa romper o isolamento do mundo das trocas em que a Europa Ocidental se encontrava.

Retornando ao Brasil, os restos feudais, que surgem em terras brasileiras já no século XIX, após a fase da Revolução Comercial torna-se difícil de compreensão, ainda mais quando Sodré não nos dá pistas evidentes do processo em que isso ocorre, a não ser por intermédio de uma explicação em que a transição correspondente à etapa escravista para a etapa de regime servil, e em seguida para a etapa do regime capitalista, se dê de forma inexorável. Há diferenças entre o escravismo antigo e o escravismo empregado na expansão do capitalismo comercial, em que o escravo é também uma mercadoria. Sodré<sup>22</sup> aponta a diferença entre o escravismo da era comercial e aquele desenvolvido no mundo antigo, pois, para ele, trata-se de uma decorrência particular ao desenvolvimento do capital mercantil, nada tendo a ver, senão a semelhança, com o

<sup>21</sup> PUIGGRÓS, Rodolfo. **De la colonia a la revolución**. 4. ed. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1957, p. 11.

<sup>22</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982.

escravismo da época histórica mais recuada, quando o motivo diverso de sua vigência foi inteiramente diverso.

Prado Jr discorda da presença do modo de produção feudal no Brasil, como restos feudais ou semif feudais, justificando essa atitude da seguinte forma:

Inverte-se o processo metodológico adequado, e em vez de partir da análise dos fatos a fim de derivar daí os conceitos com que se estruturará a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo da teoria e dos conceitos, que se buscam em textos consagrados e clássicos, para em seguida procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teoria.<sup>23</sup>

Para esse autor, é preciso ressaltar que a economia agrária no Brasil não se constitui, no período colonial, por intermédio de uma base produtiva que fosse individual ou familiar. Além disso, reforça constantemente que a exploração que aí se dava tinha como objetivo os mercados externos. Chama a atenção para o fato de não haver, na colônia, uma constituição de classes camponesas, o que permitiria, talvez, o desenvolvimento de uma economia natural, tanto que se verifica que o trabalho realizado, até o século XIX, se deu por meio da força de trabalho escravo. Concorda, no entanto, com Sodré quando afirma que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre não afetou estruturalmente a natureza da exploração no campo. Também resalta que o uso do termo “arcaico”, para designar a forma produtiva da colônia, é impreciso. Aliás, o autor afirma que não havia nada de arcaico, uma vez que as usinas de açúcar, para sua época, pertenciam a uma estrutura industrial e moderna.

É interessante notar que o capitalismo, já no período em que ocorrem a supressão e abolição do escravismo, que se expande em sua fase imperialista, penetra em terreno fértil, pois sua expansão em solo brasileiro é um resultante de um sistema econômico que se enraizara na fase comercial durante os primeiros séculos da colonização. Prado Jr justifica:

Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais<sup>24</sup>.

Porém, há uma distinção da situação atual com o passado, e aí o autor aponta as relações financeiras com o sistema internacional do capitalismo que, na fase

---

<sup>23</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 77.

<sup>24</sup> Ibid., p. 89.

imperialista, elas não somente são um fenômeno do momento presente, como são características mesmas do imperialismo. Ampliando o leque de argumentos que refutam qualquer tese de restos feudais ou semif feudais no Brasil, Prado Jr. Afirma que se confunde capitalismo com tecnologia desenvolvida. Isso serviria de base para a compreensão do “arcaico” no passado colonial. O rústico que se apresenta nos meios produtivos apenas responde à falta de uma tecnologia mais avançada da produção, e não constitui um modo de produção em si.

Mesmo considerando o rigor científico que caracteriza a obra de Sodré, tende-se a acreditar que o termo feudal obedeça a uma conotação política, e que o mesmo seja resultado de um sinônimo do atraso das forças produtivas, que principalmente se dá no campo. No plano político, Hobsbawn<sup>25</sup> enfatiza que a ordem feudal deixa de existir quando as relações agrárias e feudais, na Europa Ocidental e Central, foram definitivamente abolidas por meio da Revolução Francesa e da Revolução de 1848. Parain lança mão do termo ‘feudal’ para aquém e além da sociedade feudal:



[...] a todo o sistema em que o trabalhador dos campos, tendo cessado de ser escravo, se encontra todavia submetido a toda a espécie de coerções extra-econômicas, limitando a sua liberdade e a sua propriedade pessoais, de forma que nem a sua força de trabalho, nem o produto do seu trabalho, se tornaram ainda simples objetos de trocas livres, verdadeiras mercadorias<sup>26</sup>.

Assim, o “colono” romano do século IV anuncia já o “feudalismo” e o camponês húngaro ou siciliano de 1930 vive ainda sob pressões da mesma índole. É este o sentido da generalização marxista da palavra feudal. Observa-se, aqui, que o termo feudal é empregado não no sentido restrito de uma adjetivação que corresponda necessariamente ao modo de produção da servidão, e pré-capitalista, mas como uma denominação que ora aponta uma possibilidade de superação do sistema escravista, ora se presta a uma expressão, de cunho político, que indica relações rurais de dominação ainda distantes daquelas inseridas dentro do contexto capitalista.

Voltando às análises de Sodré sobre a impossibilidade de uma empresa colonial capitalista, como propõe Prado Jr., seria interessante notar de que modo o autor expõe, no entanto, a dificuldade da existência de um mundo capitalista numa colônia formada a partir de inspirações feudais. Para este autor, a confusão entre capital

<sup>25</sup> HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>26</sup> PARAIN, Charles; et al. **Sobre o feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

comercial e capital como funciona no modo capitalista de produção induziu alguns intérpretes da história brasileira à conclusão de que a empresa da colonização teria assumido, aqui, traços capitalistas, uma espécie de capitalismo diferente das normas clássicas, o capitalismo colonial. Encerramos, assim, com as palavras do próprio Sodré, contrariando as proposições de Prado Jr, ao afirmar que “carece de fundamento tal conclusão. Não havia capitalismo na metrópole; não havia capitalismo na colônia. Nem poderia haver, por inexistirem as condições para isso”.<sup>27</sup>

Entendendo a colônia como uma extensão, não somente geográfica da metrópole, porém com características sócio-políticas na formação de sua administração, como bem demarca a historiografia brasileira, o argumento de Sodré é válido. No entanto, a colônia não se tornou, necessariamente, um reflexo mecânico da vida e ordenações da metrópole, dadas as características humanas que se formaram no território brasileiro. Tanto que diversos grupos surgiram e pressionaram contra a recolonização do Brasil por Portugal no início de século XIX.

Nesse aparentemente infundável diálogo sobre a questão feudal no Brasil, não se sinalizou ainda uma resposta definitiva para uma problemática que, nos últimos anos, tem ganhado terreno nas produções historiográficas brasileiras. Tanto que o interesse sobre a obra de Nelson Werneck Sodré, que é uma obra sólida em termos teóricos e metodológicos, ganhou dimensões inesperadas, que se traduzem em teses, dissertações, artigos, livros e até mesmo um dicionário temático, recentemente lançado em São Paulo<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 33.

<sup>28</sup> Pesquisando a base de dados da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, citemos, como ilustração, alguns trabalhos sobre Nelson Werneck Sodré:

BARBOSA, Wilson do Nascimento. Nelson Werneck Sodré e o “marxismo ocidental”. **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 169-173, 1999;

SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: Edusc, 1999;

SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008;

CUNHA, Paulo. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan, 2002;

DUCATTI, Ivan. **Os "restos feudais" no Brasil como metáfora política: uma leitura de Nelson Werneck Sodré**. 2003. Dissertação. (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.